

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Magistrado custou, em média, R\$ 47,7 mil por mês

Levantamento do CNJ engloba remuneração dos juízes, encargos sociais e despesas com passagens aéreas e diárias em 2016; ministro defende divulgação de salários



“A divulgação dos supersalários é muito importante, até porque nós, ministros do STF, ganhamos um salário muito digno, então é bom a gente saber também quem recebe supersalários”, defendeu o ministro Luiz Fux

*As despesas totais do Poder Judiciário somaram
R\$ 84,8 bilhões
no ano passado*

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 05 SET 2017

CONTINUAÇÃO

Rafael Moraes Moura
Agência Estado

Brasília - O custo médio mensal de um magistrado foi de R\$ 47,7 mil ao longo do ano passado, aponta o levantamento "Justiça em Números", divulgado nessa segunda-feira (4) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número engloba não apenas a remuneração dos magistrados, mas também encargos sociais e despesas com passagens aéreas e diárias, entre outras.

No levantamento anterior, a média mensal de um magistrado brasileiro - categoria que inclui juízes, desembargadores e ministros - tinha sido de aproximadamente R\$ 46,2 mil.

Os dados divulgados ontem são de 2016 e dizem respeito a 90 tribunais: quatro tribunais superiores, cinco tribunais regionais federais, 24 tribunais regionais do trabalho, 27 tribunais regionais eleitorais, 27 tribunais de Justiça e 3 tribunais de Justiça Militar estaduais. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) não foram incluídos nesse levantamento.

O custo mensal por magistrado depende do tribunal, variando de R\$ 8.782 (nos tribunais regionais eleitorais) a R\$ 53.784 mil (na Justiça Militar).

Nos tribunais de Justiça dos Estados, a média mensal por magistrado foi de R\$ 49.093. O TJ do Piauí teve a menor média entre os TJs, de R\$ 23.387, enquanto o do Mato Grosso do Sul apresentou a maior, de R\$ 95.895, aponta o levantamento divulgado pelo CNJ.

Nos tribunais superiores, a média mensal por magistrado foi de R\$ 41.502.

As despesas totais do Poder Judiciário somaram R\$ 84,8 bilhões no ano passado, o que significa um aumento de 0,4% em relação a 2015.

Durante a abertura do XI Encontro Nacional do Poder Judiciário na tarde de ontem, em Brasília, a presidente do CNJ e do STF, ministra Cármen Lúcia, defendeu a divulgação de dados dos tribunais com transparência.

"O Poder Judiciário quer se mostrar para se aperfeiçoar e com isso contamos com a colaboração da sociedade, das academias, dos órgãos. Sabemos que há números que podem ser questionados e serão", discursou Cármen.

"É o próprio Poder Judiciário que tem tido o cuidado de se mostrar. O Poder Judiciário não mantém nenhum interesse nem pode se mostrar de qualquer forma encoberto pelo quer que seja, e não é assim que tem se comportado", completou.

Cármen destacou que é do interesse do Judiciário apresentar a melhor jurisdição para todos os brasileiros.

"Queremos ser um Poder Judiciário muito melhor para o Brasil. Quando alguém descredita na Justiça, desacredita no Estado", afirmou a ministra.

TRANSPARÊNCIA

O ministro Luiz Fux, do STF, também defendeu a divulgação do salário de magistrados de todo o País, conforme determinado em portaria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que obrigou tribunais brasileiros a informar dados sobre estrutura e pagamentos remuneratórios de juízes. "A divulgação dos supersalários é muito importante, até porque nós, ministros do STF, ganhamos um

salário muito digno, então é bom a gente saber também quem recebe supersalário", comentou Fux a jornalistas, depois de participar da abertura da Reunião Preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Atualmente, o salário de um ministro do STF é de R\$ 33,7 mil, considerado o teto do funcionalismo público.

Indagado sobre os dados do Mato Grosso do Sul, Fux defendeu a verificação dos números. "Nós, ministros do STF, ganhamos líquido R\$ 27 mil, R\$ 26 mil, então realmente é uma disparidade. É preciso verificar a origem. Às vezes, há um esquecimento proposital de que o juiz é um servidor público e, como servidor, tem de receber aquilo que todos os servidores recebem", disse Fux.

"Tem de analisar um servidor público, o que as leis concedem aos servidores públicos e se os juízes estão enquadrados nisso. Onde houver excessos, é preciso atos de altivez e nobreza, mas também atenção para essa estratégia múltipla de enfraquecimento do Judiciário, que só não vê quem não quer", completou o ministro.

LIMINARES

Em 2014, Fux concedeu uma liminar, estendendo o auxílio-moradia a todos os juízes federais do País que não possuem residência oficial na localidade em que trabalham.

No mesmo ano, Fux estendeu o auxílio-moradia às Justiças do Trabalho e Militar e a magistrados de nove Estados que ainda não recebem o benefício.

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Judiciário solucionou pouco mais de um quarto dos processos em 2016

De acordo com relatório elaborado pelo CNJ, tribunais julgaram em definitivo 29,4 milhões de ações

Leticia Casado
Folhapress

Brasília - O Judiciário brasileiro solucionou apenas 27% dos processos em 2016, informa o relatório "Justiça em Números - 2017", elaborado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), divulgado nesta segunda (4). Na média, cada juiz solucionou 1.749 processos, mais de sete por dia.

De acordo com o CNJ, o Judiciário terminou o ano passado com 79,7 milhões de processos em tramitação, 3,6% a mais do que os 76,9 milhões de ações em 2015. Os tribunais julgaram em definitivo 29,4 milhões de ações. Mas, ao mesmo tempo, outras 29,4 milhões chegaram à Justiça. Com isso, o índice de solução de casos ficou em 27%.

"O índice de atendimento à demanda - indicador que verifica se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos - ficou em 100,3%, o que mostra o esforço para evitar o aumento dos casos pendentes", avalia o CNJ. Os juízes, portanto, conseguiram julgar mais pro-



Processos de execução fiscal representam 38% do acervo total do Judiciário

cessos do que receberam.

"A taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos em tramitação que não baixou [não foi finalizado] durante 2016 permanece alta, com percentual de 73%. Isso quer dizer que foram solucionados apenas 27% de todos os processos", informa o CNJ.

Quando desconsiderados os casos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente por aguardar situação jurídica futura, a taxa continua alta, porém um pouco menor: 69,3%. "Isso não significa que os juízes brasileiros produzem pouco", diz o documento.

O resultado reflete diversos fatores que geram gargalos no Judiciário. Além do volume alto de processos em tramitação, os recursos das decisões fazem com que milhões de ações não saiam em definitivo do sistema - seja por processos reativados ou sentenças anuladas, por exemplo.

CONTINUA

'Quadros são insuficientes'

CONTINUAÇÃO

Os processos de execução fiscal representam 38% do acervo total do Judiciário, sendo que apenas 9 em cada 100 ações são julgadas. Essas ações são, na maior parte, movidas pelo poder público: quando um município contesta na Justiça questão relativa a IPTU de um imóvel e recorre de todas as decisões desfavoráveis, por exemplo.

O relatório reúne dados oficiais de 90 tribunais – regionais federais (5), regionais do trabalho (24), regionais eleitorais (27), da Justiça Militar estaduais (3) e de Justiça (27).

Além desses, há informações sobre quatro tribunais superiores: STJ (Superior Tribunal de Justiça), STM (Superior Tribunal Militar), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TST (Tribunal Superior do Trabalho). O STF (Supremo Tribunal Federal) não faz parte do levantamento.

Brasília - O relatório "Justiça em Números - 2017", elaborado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mostra que o volume de processos que chegam à Justiça de primeira instância (7.192 processos) foi quase o dobro da segunda instância (3.384).

"As estatísticas de 2016 da Justiça brasileira indicam que os quadros de pessoal da primeira instância continuam insuficientes diante da enxurrada de processos que chegam anualmente à porta de entrada do Poder Judiciário", diz o documento.

Menos funcionário disponível reflete em mais processos para serem julgados, destaca o documento. "Embora tenham de lidar com 94% do volume de processos na Justiça, os funcionários das varas e das demais unidades judiciárias da primeira instância representam apenas 66% dos cargos em comissão, 74% das funções comissionadas e 84% dos servidores da área judiciária nos tribunais."

De acordo com o CNJ, é preciso implementar a política de priorização dos cargos: reduzir os da segunda instância e aumentar os da primeira. Cargos em comissão são aqueles como diretor de departamento, cuja nomeação é livre. Já a função comissionada é um cargo de chefia.

De acordo com o levantamento, a disparidade entre

o volume de processos que cabe a cada uma das instâncias do Judiciário é praticamente a mesma desde 2009. "A discrepância se repetiu em relação aos servidores – 583 processos para cada servidor do primeiro grau e 263, para aqueles da segunda instância."

Ainda assim, os dados mostram que a produtividade da Justiça em primeira instância é maior do que a de segunda instâncias – Tribunal de Justiça ou Tribunal Regional Federal. "Em 2016, um juiz do primeiro grau baixou (resolveu definitivamente) 1.788 causas ao longo do ano, em média, enquanto o índice de produtividade do magistrado de segunda instância foi de 1.347 ações por ano. A mesma superioridade se repetiu nos índices dos servidores: 145 processos ao ano para os servidores do primeiro grau contra 105 processos, em média, dos servidores da segunda instância."

A Justiça recebeu 3 milhões de novos casos criminais: 1,9 milhão (62,9%) na fase de conhecimento (1º grau); 443,9 mil (15%) na fase de execução; 18,4 mil (0,6%) nas turmas recursais; 555,2 mil processos (18,7%) no 2º grau; 80,6 mil (2,7%) nos tribunais superiores. (L.C.)

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

66

*Todo delator mente, omite, protege,
atende a pressões"*

Advogado Antônio Carlos de Almeida Castro,
o Kakay, sobre o escândalo na PGR

Escândalo envolve milhões e tráfico de influência

O áudio obtido pela Procuradoria Geral da República incrimina o ex-procurador Marcelo Miller, que foi braço direito do procurador-geral Rodrigo Janot, em suposta "venda de influência" junto ao chefe da PGR na negociação de delação premiada. Miller teria se beneficiado, segundo a revista Veja, por um contrato de US\$ 27 milhões (R\$ 85 milhões) do escritório que fazia a defesa de Joesley Batista. O escritório e Miller negaram isso, após a revista citar os valores.

Transparência

Antes que vazasse o áudio de 4 horas de conversa entre delatores da JBS, Janot tomou a iniciativa de expor a denúncia publicamente.

Anulação possível

Janot diz que a denúncia contra Miller não invalida provas, nem o instituto da delação, mas advogados apostam em anular a delação.

Sem quarentena

Marcelo Miller participou de reunião na Procuradoria-Geral como advogado da JBS seis dias depois de deixar sua carreira pública.

Prazos respeitados

Marcelo Miller já se defendeu da acusação de "virar a casaca" em troca de dinheiro, afirmando haver observado os prazos constitucionais.

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

Beto Richa nega acusação feita por empresário delator

Em coletiva na manhã dessa segunda-feira, governador chama dono da Valor de "criminoso contumaz" e "mentiroso"

Guilherme Marconi

Reportagem Local

“É mentira. Todas as acusações que me fazem são absolutamente falsas”, com essa declaração o governador Beto Richa (PSDB) abriu coletiva de imprensa nesta segunda-feira (4) onde negou envolvimento no suposto conluio para desvio de verba na construção de escolas para abastecer a campanhas políticas no Paraná em 2014. As informações vieram à tona com o vazamento do acordo de colaboração feito entre o MPF (Ministério Público Federal) e o do dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, em reportagem publicada pela “Folha de S. Paulo” na última sexta-feira (1).

Richa qualificou o delator de “criminoso contumaz” e “mentiroso” e disse que “nunca esteve com ele, não o conhece, nunca pediu dinheiro ou autorizou alguém a pedir em seu nome”. “Ele inventou uma historinha com uma narrativa envolvendo o governador (que sou eu) para conseguir a liberdade.” O governador enfatizou ainda que



“Ele inventou uma historinha com uma narrativa envolvendo o governador (que sou eu) para conseguir a liberdade”, afirmou Beto Richa (PSDB)

vai entrar com uma ação criminal na Justiça contra o empresário por danos morais por conta das declarações que ele chamou de “levianas e caluniosas”.

Segundo o delator, foram pagos R\$ 12 milhões de propina a um intermediário do governador. Esses recursos teriam sido entregues em um banheiro da Secretaria de Educação (Seed) e camuflado em caixas de garrafas de vinho. Nesse montante, estaria incluída uma mesada de R\$ 100 mil, destinada a abastecer as campanhas de Beto em 2014 e de parentes seus em 2018.

Além do governador, foram citados pelo delator no suposto esquema sua vice Cida Borghetti (PP) e o marido dela e ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP); o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni (PSDB); o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB); o conselheiro do Tribunal de Contas, Durval Amaral; e os deputados estaduais Thiago Amaral (PSB) e Plauto Miró (DEM). A delação ainda precisa ser homologada a Justiça. Todos negaram veementemente as acusações por meio de nota encaminhadas pelas assessorias à FOLHA na última sexta (1).

CONTINUA

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

SINDICÂNCIA

Em relação às denúncias descobertas pela Operação Quadro Negro que envolveram irregularidades nas obras de seis escolas, Richa disse que tomou as primeiras iniciativas para punir a empresa Valor. "Quando recebemos algumas denúncias de superfaturamento de obras, nós encaminhamos prontamente para sindicância na Secretaria de Educação e posteriormente na Polícia Civil. Contra a construtora, aplicamos multas e estamos aguardando indenizações."

Questionado sobre os aditivos feitos nos contratos das obras, Richa se defendeu dizendo que foi a 12ª pessoa no governo a assinar tais documentos. "Não tem como eu parar para ver se eu vou assinar o aditivo e desconfiar de 11 pessoas, técnicos, secretários, engenheiros que avalizaram aquele contrato."

O governador disse ainda que tem pressa em restabelecer as obras nas escolas que não foram concluídas no contrato com a Valor. "Ficaram paradas inclusive por determinação do Ministério Público, mas as licitações e os editais já estão fixados para imediata realização dessas obras."

Sobre as acusações de caixa 2 de campanha, Richa informou ainda que as prestações de contas foram apresentadas e aprovadas pela Justiça Eleitoral. "A mais detalhada prestação de contas é da minha campanha. São mais de 20 folhas", respondeu.

Na única ação penal resultado da Operação Quadro Negro deflagrada pelo Ministério Público, o empresário e agora delator Eduardo Lopes de Souza estava em prisão domiciliar até o mês passado, quando foi liberado pela Justiça para se mudar para Cuiabá, no Mato Grosso. O caso rendeu outros 15 processos na esfera cível, entre eles sete ações de improbidade administrativas protocoladas pelo MP.

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Delator envolve cúpula do governo em propina

Em acordo de delação premiada o dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, confirmou o pagamento de propina de R\$ 12 milhões para abastecer campanhas de políticos do Paraná em 2014. Na delação, obtida pela "Folha de S. Paulo" e publicada na última semana, o empresário diz ter pago parte dos recursos a um suposto inter-



mediário do governador Beto Richa (PSDB). A entrega teria ocorrido em um banheiro da Secretaria de Educação (Seed) e camuflada em caixas de garrafas de vinho. Nesse montante estaria incluída uma mesada de R\$ 100 mil, destinada a abastecer as campanhas de Beto em 2014 e de parentes seus em 2018. O acordo foi encaminhado ao STF (Supremo Tribunal Federal).

São citados o secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Pepe Richa, e o secretário municipal do Esporte e Lazer de Curitiba, Marcello Richa, respectivamente irmão e filho do governador. Além deles, o chefe da Casa Civil do Estado, Valdir Rossoni (PSDB), o presidente da Assembleia Legislativa, Ademar Traiano (PSDB) e os deputados Plauto Miró (DEM), Tiago Amaral (PSB) e seu pai, o presidente do Tribunal de Contas (TC) Durval Amaral. O governador e os demais citados negam as acusações.

O intermediário do governador apontado por Souza é Maurício Fanini, que foi nomeado diretor da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude), braço da Seed. Fanini é ligado a desvios de cerca de R\$ 20 milhões da construção de escolas públicas, apontam investigações da **Quadro Negro**. Ele chegou a ser preso devido ao seu envolvimento no esquema. Souza relatou ainda que o ex-diretor fez com Beto uma "viagem da vitória" em novembro de 2014 para Miami e Caribe, com o objetivo de comemorar a reeleição do político no primeiro turno ao Palácio Iguaçu.

Investigação apontou um esquema em que funcionários do governo do Estado emitiam laudos fraudulentos sobre obras em escolas estaduais

Em caso de homologação, o empreiteiro será intimado a apresentar provas à Justiça sobre os atos ilegais que descreveu

05 SET 2017

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Jeito de quadrilha

Depois da delação premiada do dono da Valor e pelos seus desdobramentos cênicos, dá para aplicar aí o raciocínio denorex, aquele produto que parecia remédio, mas não era: o relato tem cheiro de quadrilha, jeito de quadrilha, mas não é quadrilha segundo Beto Richa, Valdir Rossoni, Traiano e tantos outros, inclusive o Ezequias Moreira que continua atuante como um dos quadros mais destacados do PSDB.

O depoimento do empresário é contundente e a certa altura revela que no grupo um rouba do outro, tanto que Maurício Fanini teria ficado em sobressalto quando Beto Richa teria dito ter recebido apenas R\$ 300 mil quando o repasse superava os R\$ 3 milhões. Num momento, o Fanini pergunta se o Ezequias não o defendeu. Uma situação, enfim, que nem pum em elevador: todos com ar indignado e nem de longe um só vestígio de culpa. Porém, tudo contribuindo para um tipo de quadrilha que opera tanto com o exógeno quanto o endógeno, isso é a suspeita aguda do racha interno ou para usar a linguagem menos elegante do Romero Jucá a suruba, impensável até entre bucaneiros.

Certamente, o governo fará tudo para diminuir o impacto quando, por exemplo, para mostrar que não teme a verdade deveria apoiar o pleito da oposição para uma CPI da Quadro Negro e para mostrar maior autenticidade dar cobertura a outra para examinar a Publicano.

Ao fim de tudo isso, Beto Richa poderá até sair como inocente, mas as imprudências de suas relações pessoais com o mediador da Quadro Negro, Maurício Fanini, com quem viajou para o exterior, e Marcio Albuquerque Lima, comandante da gangue fiscal, segundo a denúncia da Publicano, mostra que as companhias o colocariam, na melhor das hipóteses, como um “desfrutável”, isso sem falar no caso anterior do Ezequias em que colocou a imposição afetiva acima de qualquer providência quanto à conduta delituosa do seu chefe de gabinete, ainda quando deputado estadual. Num ambiente de moral rigorosa, isso significaria, valha o trocadilho, suas exéquias nada gloriosas como político. Porém, o nosso governador foi vice-prefeito de Curitiba, prefeito e governador reeleito e ainda quer ir em frente..

Tem mais: o parente que já frequentou outras duas operações do Gaeco, o misterioso Luiz Abi, entra com vigor também nessa, conforme a delação. É parente sim, mas de uma distância equivalente ao alcance dos foguetes de Kim Jong, da Coreia do Norte.

Ao fim de tudo, pode até a efabulação do denorex prosperar e, para alegria do governo, tudo parecer com jeito de quadrilha, cheiro de quadrilha, mas afinal não ser quadrilha e a trupe, depois de tanta turbulência, sair, como todos aspiram, numa boa.

05 SET 2017

GAZETA DO POVO

Ezequias, Luiz Abi e Deonilson operaram caixa 2 de Richa, diz delator

Segundo dono de construtora envolvida no escândalo de desvio de dinheiro para construção de escolas, R\$ 12 milhões foram repassados à campanha de reeleição do governador em 2014

Felippe Aníbal

O dono da Valor Construtora, Eduardo Lopes de Souza, apontou em delação premiada que três pessoas próximas ao governador Beto Richa (PSDB) seriam as principais arrecadadoras de caixa 2 para a campanha do tucano à reeleição, em 2014. Segundo o empresário, seriam eles: o secretário especial de Cerimonial do Governo do Paraná, Ezequias Moreira Rodrigues; o chefe de gabinete do governador, Deonilson Roldo; e Luiz Abi Antoun, parente distante Richa e principal elo do governador com outro escândalo: a Operação Publicano.

Na delação, Lopes de Souza afirmou que parte do dinheiro desviado da construção e de reformas em escolas estaduais – esquema investigado pela Operação Quadro Negro – abastecia a campanha de Richa. As formas de arrecadação de recursos foram detalhadas ao delator pelo então diretor da Superintendência de Educação (Sude) Maurício Fanini.

“O Fanini comentou que o ex-deputado Eduardo Sciarra era o responsável pelo ‘caixa um’ da campanha e que os três principais arrecadadores do ‘caixa 2’ eram o Ezequias Moreira Rodrigues, o Luiz Abi Antoun e o Deonilson Roldo”, declarou o delator.

O empresário disse que chegou a perguntar a Fanini se o dinheiro desviado estava mesmo abastecendo as campanhas de Richa, “tendo Fanini dito que sim, já que ele repassava parte do dinheiro para o Ezequias Moreira e parte para o Luiz Abi [Antoun]”. Em alguns casos, o delator diz ter feito parte do dinheiro chegar a Luiz Abi por intermédio de um funcionário do Palácio Iguaçu.

CONTINUA

“Nesse esquema, eu entreguei para o Maurício Fanini cerca de R\$ 12 milhões desviados das obras da Valor na Seed [Secretaria de Estado da Educação], para serem destinados à campanha à reeleição do governador Beto Richa”, disse Lopes de Souza.

Ainda segundo a delação, após Richa ter sido reeleito, Fanini participou da “festa da vitória”, onde recebeu de Ezequias Moreira a informação de que seria presidente da Fundação Educacional do Paraná (Fundepar) – autarquia a ser recriada pelo governo. Instantes depois, Fanini teria encontrado Richa, que teria “desautorizado a informação dada por Ezequias”. “O Beto Richa disse: ‘Quem nomeia sou eu’”.

A delação de Luiz Eduardo de Souza, recém solto pela Justiça e que é réu na principal denúncia da Operação Quadro Negro, ainda precisa ser homologada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Quem é quem

Ezequias Moreira ficou conhecido no episódio da “sogra fantasma”, que veio à tona em 2007. Na ocasião, ele era chefe de gabinete de Beto Richa – então deputado estadual pelo PSDB. Verônica Durau, mãe da esposa de Ezequias, constava na folha de pagamento da Assembleia Legislativa, mesmo sem ser funcionária da Casa. Ezequias devolveu o dinheiro que havia sido pago à sogra. Em abril de 2017, o Tribunal de Justiça (TJ-PR) o condenou a seis anos e oito meses de prisão, mas o crime havia prescrito. Apesar do caso de corrupção, Richa nomeou Ezequias para uma “secretaria especial” e disse que “é preciso perdoar o pecador, não o pecado”.

Parente distante do governador, Luiz Abi Antoun também é o principal acusado que liga Richa ao esquema investigado na Operação Publicano – que apurou um esquema de propina na Receita Estadual. Segundo o auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, pelo menos R\$ 4,3 milhões foram desviados à campanha de reeleição de Richa. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) investigue o

CONTINUA

governador – que tem prerrogativa de foro na Corte, pelo cargo que exerce.

Já Deonilson Roldo é chefe de gabinete de Richa e apontado como uma “eminência parda” no âmbito do governo: seria uma das pessoas a quem o governador mais ouve. Jornalista de formação, Roldo se tornou secretário de governo pela primeira vez no governo de Jaime Lerner. Posteriormente, foi chamado para integrar a equipe de Richa, quando o tucano ainda era prefeito de Curitiba.

Outro lado

Ezequias Moreira emitiu uma nota em que diz que “a delação do senhor Eduardo Lopes de Souza não encontra respaldo na realidade. Nunca tive contato com essa pessoa. Sequer a conheço. Não fiz parte de qualquer ato da campanha eleitoral de 2014 do governador Beto Richa. E em minha vida nunca participei de qualquer comitê financeiro de nenhuma campanha eleitoral”.

A defesa de Luiz Abi Antoun disse que não teve acesso à delação e que, por isso, não pode se manifestar.

Em nota, Deonilson Roldo disse que as afirmações que constam da delação “são suposições irresponsáveis e inverídicas feitas por um delator que busca apenas encobrir seus crimes, denunciados e investigados por iniciativa do governo do Paraná”. O chefe de gabinete de Richa disse que jamais teve envolvimento com as campanhas de que participou, ao longo de 20 anos. “Esse delator é um desqualificado moral e não merece qualquer crédito. Não o conheço e jamais tive qualquer contato com essa pessoa”, finalizou.

Em entrevista coletiva concedida nesta segunda-feira (4), Richa disse que o delator é um “criminoso contumaz”, que nunca esteve com ele, nem autorizou ninguém a pedir alguma coisa em seu nome. O governador classificou a delação de “uma narrativa fantasiosa” e disse que “não trabalhamos com caixa 2”.

05 SET 2017

GAZETA DO POVO

MP-PR quer que a Justiça obrigue o Facebook a pagar multa milionária

Empresa descumpriu uma decisão judicial que a obrigava a fornecer informações sobre duas pessoas investigadas por corrupção

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) quer que a Justiça obrigue o Facebook a pagar uma multa milionária porque a empresa descumpriu uma decisão judicial que a obrigava a fornecer informações sobre duas pessoas investigadas por corrupção. A ação pedindo o pagamento da multa foi protocolada na última sexta-feira (1º) e o caso será julgado pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná. O valor da multa é de R\$ 2,78 milhões.

O caso começou na 8.ª Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, município dos Campos Gerais do Paraná. A Promotoria abriu uma investigação para apurar um caso de corrupção passiva e ativa e, durante o processo, entrou como uma ação para que a Justiça obrigasse o Facebook a colaborar fornecendo informações sobre dois investigados no caso.

A Promotoria queria saber se investigados eram amigos dentro do Facebook e se trocaram mensagens via Messenger (o sistema para enviar mensagens privadas dentro da rede social) no período de outubro de 2015 até fevereiro de 2017.

A Justiça aceitou o pedido da Promotoria e obrigou o Facebook a colaborar com a investigação. Mas a empresa alegou à Justiça que poderia fornecer apenas informações básicas dos usuários e que, caso a Promotoria quisesse o conteúdo das mensagens trocadas via Messenger, deveria pedir diretamente aos operadores da rede do Facebook, que ficam nos Estados Unidos e Irlanda.

CONTINUA

GAZETA DO POVO 05 SET 2017

CONTINUAÇÃO

Mais tarde, a empresa informou que poderia fornecer as informações solicitadas, mas que precisaria da identificação ou dos endereços completos de URL dos dois investigados.

A Justiça entendeu que o Facebook estaria apenas criando “desculpas” para não cumprir a decisão imediatamente. Com isso, estabeleceu uma multa de R\$ 50 mil para cada dia de descumprimento da ordem judicial. A multa começou a contar a partir de 11 de julho deste ano.

Por não ter, até o momento, colaborado com a investigação, o Ministério Público do Paraná entrou com uma nova ação para que a Justiça obrigue o Facebook a pagar a multa. O valor da multa, que começou a ser aplicada em 11 de julho, chega a R\$ 2,78 milhões, valor que inclui correção.

METRO 05 SET 2017

Justiça segue cara, lenta e abarrotada

Panorama. Judiciário custou R\$ 84,8 bilhões no ano passado, mas só conseguiu resolver 27% dos casos. Número de ações segue crescendo

A Justiça brasileira custou, no ano passado, R\$ 84,8 bilhões, quantia equivalente a 1,4% do PIB. Em média, gastou R\$ 47,7 mil por mês com salários e benefícios de cada juiz, mas só conseguiu solucionar 27% dos processos. Nos escaninhos do Judiciário acumulam-se 79,7 milhões de processos, 3,6% a mais do que em 2015.

Os dados fazem parte do levantamento Justiça em Números, divulgado ontem pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que

traça um panorama de 90 tribunais – o STF (Supremo Tribunal Federal) não participa.

Em 2016, a Justiça andou de lado no quesito eficiência. Os tribunais conseguiram julgar 29,4 milhões de processos, praticamente o mesmo número de novas ações apresentadas pela população.

“Embora o estoque de processos ainda esteja em crescimento, os números mostram uma produtividade alta dos magistrados brasileiros, que julgam se-

te processos por dia, em média”, rebateu a diretora técnica do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Gabriela Moreira.

De fato. No ano passado, foram dadas 30,8 milhões de sentenças, 3,2 milhões a mais do que em 2015.

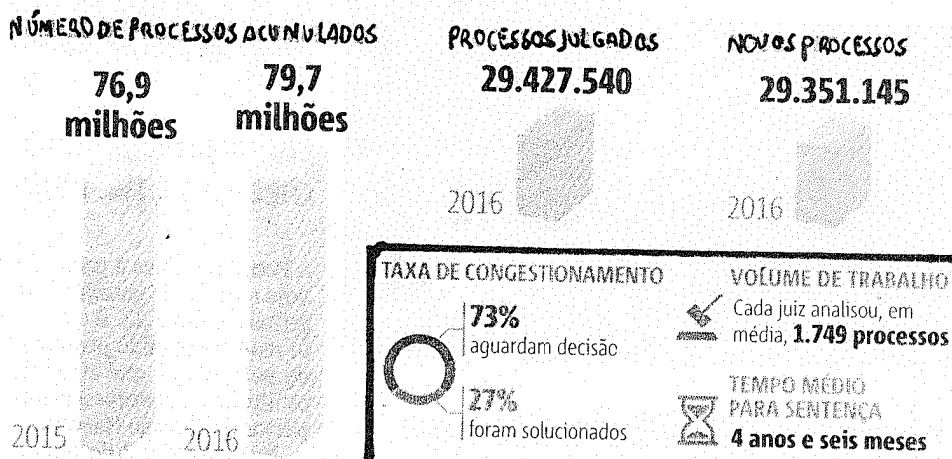
Na média um juiz demora em torno de 4 anos e seis meses para executar a sentença e extinguir o processo.



MARCELO FREITAS
METRO BRÁSILIA

CENÁRIO PREOCUPANTE

Veja os principais resultados do estudo “Justiça em Números”



Custos



R\$ 84,8 bilhões
foi o custo do Judiciário em 2016, uma média de **R\$ 411,73** por habitante



R\$ 75,9 bilhões
foram usados para salários e servidores ativos e inativos (**89,5%** do total)



R\$ 47,7 mil por mês foi custo médio dos magistrados somando salários e benefícios

Alta de 3,7% em relação a 2015, quando era de **R\$ 46,2 mil** médio por mês



442.365 pessoas atuam no Judiciário; **18.011** são magistrados

FONTE: RELATÓRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2017, DO CNJ (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA)

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Judiciário resolveu 27% de ações em 2016

Estudo do CNJ mostra que no fim do ano passado havia 79,7 milhões de processos ativos, 3,6% a mais que em 2015

Além do volume alto de processos, recursos fazem com que milhões de ações não saiam em definitivo do sistema

LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

O Judiciário solucionou apenas 27% dos processos em 2016, informa o relatório “Justiça em Números - 2017”, elaborado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e divulgado nesta segunda (4). Na média, cada juiz solucionou mais de sete casos por dia.

O STF (Supremo Tribunal Federal) não faz parte do levantamento.

“A taxa de congestionamento, que mede o percentual de processos em tramitação que não baixou [não foi finalizado] durante 2016 permanece alta, com percentual de 73%. Isso quer dizer que foram solucionados apenas 27% de todos os processos”, informa o CNJ.

O Judiciário terminou o ano passado com 79,7 milhões de processos em tramitação, 3,6% a mais do que no final de 2015. Os tribunais julgaram em definitivo 29,4 milhões de ações. Ao mesmo tempo, outras 29,4 milhões chegaram à Justiça.

“Isso não significa que os juizes brasileiros produzem pouco”, diz o documento.

O resultado reflete diversos fatores que geram gargalos no Judiciário. Além do volu-

me alto de processos em tramitação, os recursos das decisões fazem com que milhões de ações não saiam em definitivo do sistema —seja por processos reativados ou sentenças anuladas.

Os processos de execução fiscal representam 38% do acervo total do Judiciário, sendo que apenas 9 em cada 100 ações são julgadas. Essas ações são, na maior parte, movidas pelo poder público: quando um município contesta na Justiça questão relativa a IPTU de um imóvel e recorre de todas as decisões desfavoráveis, por exemplo.

O relatório reúne dados oficiais de 90 tribunais —regionais federais (5), regionais do trabalho (24), regionais eleitorais (27), da Justiça Militar estaduais (3) e de Justiça (27).

Além desses, há informações sobre quatro tribunais superiores: STJ (Superior Tribunal de Justiça), STM (Superior Tribunal Militar), TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e TST (Tribunal Superior do Trabalho).

A despesa total do Judiciário foi de R\$ 84,8 bilhões em 2016, valor 0,4% maior do que no ano anterior. Do total, 90% é gasto com recursos humanos, incluindo remuneração de magistrados, servidores, inativos terceirizados e estagiários, além de auxílios e assistências.

Na média, cada juiz custou R\$ 47,7 mil por mês em 2016, 3,7% a mais do que os R\$ 46 mil de 2015.

O relatório mostra que o volume de processos que chegam à Justiça de primeira instância (7.192 processos) foi quase o dobro da segunda instância (3.384).

“As estatísticas de 2016 da Justiça brasileira indicam que os quadros de pessoal da primeira instância continuam insuficientes diante da enxurrada de processos que chegam anualmente à porta de entrada do Poder Judiciário”, diz o documento.

Menos funcionários disponíveis se reflete em mais processos para serem julgados, destaca o documento.

Para o CNJ, é preciso implementar a política de priorização dos cargos: reduzir os da segunda instância e aumentar os da primeira.

Cargos em comissão são aqueles como diretor de departamento, cuja nomeação é livre. Já a função comissionada é um cargo de chefia.

De acordo com o levantamento, a disparidade entre o volume de processos que cabe a cada uma das instâncias do Judiciário é praticamente a mesma desde 2009. “A discrepância se repetiu em relação aos servidores —583 processos para cada servidor do primeiro grau e 263 para os da segunda instância.”

Em 2016, um juiz do primeiro grau resolveu definitivamente 1.788 causas em média, enquanto a produtividade do magistrado de segunda instância foi de 1.347 ações.

CONTINUA

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RÁIO-X DO JUDICIÁRIO

Relatório do CNJ
mostra retrato
dos tribunais
brasileiros em 2016



Produtividade

1.749

é a média de processos
julgados por juiz

30,8 milhões

é o número
de casos julgados

27%

é a taxa de processos
finalizados ao longo do ano

79,7 milhões

é o número de ações
em tramitação



Custo

R\$ 84,8 bi

foi a despesa total do
Judiciário no ano passado

0,4%

foi o aumento da despesa
em relação a 2015

Fonte: CNJ; levantamento com dados
de 90 tribunais

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

Gilmar rejeita comentar palestras de colegas

MÁRIO CAMERA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PARIS

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes afirmou nesta segunda-feira (4), em Paris, que não cobra por palestras ou aulas magnas em eventos aos quais é convidado a participar.

Reportagem da **Folha** publicada nesta segunda mostrou que, entre 87 ministros dos cinco principais tribunais superiores em Brasília, 76% não informaram se receberam ou não pagamentos por palestras de empresas e órgãos públicos nos últimos quatro anos (2014-2017).

Gilmar esteve entre os sete ministros do STF que não se pronunciaram à reportagem. Quatro responderam que não recebem por palestras: Cármen Lúcia, Celso de Mello, Rosa Weber e Edson Fachin.

“Em geral, não cobro por palestra. Dar aula é tão bom, que se a gente cobrar já fica até excessivo”, disse Gilmar, em conversa com jornalistas na saída de reunião com autoridades eleitorais francesas.

O ministro disse que a exceção acontece quando há um valor estipulado para sua participação, como quando é convidado para fazer parte de bancas avaliadoras. “Por exemplo, [recebo] se vou à USP para participar de uma banca e me entregam um che-

que de R\$ 300”, explicou.

O ministro disse que não iria “emitir juízo” sobre os colegas que cobram por participações em eventos de empresas ou órgãos públicos.

“Às vezes eu também organizo eventos em Brasília e chamo pessoas para participar. É a vida de estudante, de academia”, concluiu.

O magistrado, que preside o Tribunal Superior Eleitoral, está na Europa para uma série de encontros relacionados com o processo eleitoral em diversos países.

Antes de chegar à capital francesa, ele passou por Bucareste, na Romênia, onde participou de uma conferência internacional sobre o tema. O ministro fica em Paris até a próxima quarta-feira, onde também encontra autoridades responsáveis pelas eleições na França.

“Em geral, não cobro por palestra. Dar aula é tão bom, que se a gente cobrar já fica até excessivo”

GILMAR MENDES
ministro do STF



Gilmar Mendes (à esq.), do Supremo Tribunal Federal, durante visita oficial a Paris

FOLHA DE S. PAULO 05 SET 2017

Janot abre investigação que pode anular delação da JBS

Em pronunciamento, procurador-geral
cita indício de omissão de informações

**Questionamento surgiu
após PGR ter recebido
áudio que indica crimes
cometidos por agentes
da PGR e do Supremo**

REYNALDO TUROLLO JR.
LETÍCIA CASADO
DE BRASÍLIA

Em pronunciamento nesta segunda (4), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, afirmou que determinou abertura de investigação que pode levar ao cancelamento da delação premiada de três executivos do grupo J&F, dono da empresa JBS.

Janot abriu procedimento de revisão dos acordos de três dos sete delatores do grupo: Joesley Batista, um dos donos do frigorífico, Ricardo Saud e Francisco de Assis.

O procurador-geral citou indícios de omissão de informações sobre práticas de crimes. O problema surgiu após os delatores entregarem à PGR (Procuradoria-Geral da República), na semana passada, novos áudios.

Em uma conversa de cerca de quatro horas entre Joesley e Saud —que aparentemente não sabiam que estavam se gravando—, há indícios de crimes cometidos por agentes da PGR e do STF (Supremo Tribunal Federal).

Na última sexta (1), o “Painel” revelou que Joesley gravou os próprios advogados —teria feito isso por não saber manusear o aparelho.

A gravação foi feita em 17

de março, dez dias depois de Joesley ter gravado o presidente Michel Temer e dias antes de assinarem o acordo com a PGR.

O áudio não é um dos que foram recuperados do gravador de Joesley pela Polícia Federal, segundo a PGR. Foi entregue espontaneamente pelos delatores na semana passada, no último dia do prazo para entrega do material complementar à delação.

“Áudios com conteúdo gravíssimo foram obtidos na quinta-feira [31]. A análise de tal gravação revelou diálogo entre dois colaboradores com referências indevidas à PGR e ao Supremo”, disse Janot.

“Tais áudios também contêm indícios, segundo esses dois colaboradores, de conduta em tese criminosa atribuída ao ex-procurador Mar-

celo Miller, que ao longo de três anos foi auxiliar do gabinete do procurador-geral.”

Pelo diálogo entre Joesley e Saud, Janot suspeita que Miller tenha ajudado a JBS a confeccionar uma proposta de acordo de delação.

Na gravação, Saud diz que já estaria “ajeitando” a situação do grupo J&F com Miller e que o então procurador estaria “afinado” com eles.

Quando comentam sobre a Operação Carne Fraca, deflagrada no início deste ano, um dos delatores diz que Miller enviou “extensa mensagem” para Francisco de Assis, diretor jurídico da J&F, tentando justificar a situação.

Em um dado momento, os delatores falam que esperavam que Miller facilitasse o caminho junto à PGR, “inclusive sugerindo futura sociedade em escritórios de advocacia em troca no processo de celebração dos acordos de colaboração premiada”, informou a Procuradoria.

Miller pediu sua exoneração da PGR em fevereiro e saiu em 5 de abril. Logo depois, foi trabalhar como sócio no escritório Trench, Rossi e Watanabe, em São Paulo, que foi contratado para fazer o acordo de leniência (de pessoa jurídica) da J&F.

Janot disse que o MPF atuou na mais absoluta boa-fé nesse acordo.

▶ OUTROLADO ÁUDIO SERÁ ESCLARECIDO, DIZ EMPRESA

A defesa dos executivos diz que “a interpretação precipitada dada ao material entregue pelos executivos à PGR será esclarecida, assim que a gravação for melhor examinada”. Segundo a empresa, o diálogo citado por Janot contém “apenas cogitações de hipóteses —não houve uma palavra sequer a comprometer autoridades”.

CONTINUA

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Conforme a lei, segundo o procurador-geral, se a culpa do colaborador ensejar a rescisão do acordo, ele perde todos ou alguns dos benefícios, mas o Estado pode utilizar as provas em processos. Afirmou que a revisão não inviabiliza a apresentação de novas denúncias —inclusive contra o presidente Michel Temer, que não foi citado nominalmente.

“Se ficar provada qualquer ilicitude, o acordo poderá ser rescindido, poderá chegar até a rescisão. A eventual rescisão não invalida as provas até então oferecidas”, disse.

Janot disse que os delatores da JBS terão de depor até sexta-feira (8) para esclarecer o áudio. Questionado se podem ser presos, o procurador disse que tudo é possível.

“Eles têm imunidade uma vez que o acordo esteja hígido. Se o acordo ruir, essa imunidade não existirá mais. É bom que esse caso seja exemplar para que todo o mundo entenda que o colaborador tem o compromisso de acompanhar todo o processo penal contribuindo na obtenção da prova”, disse Janot.

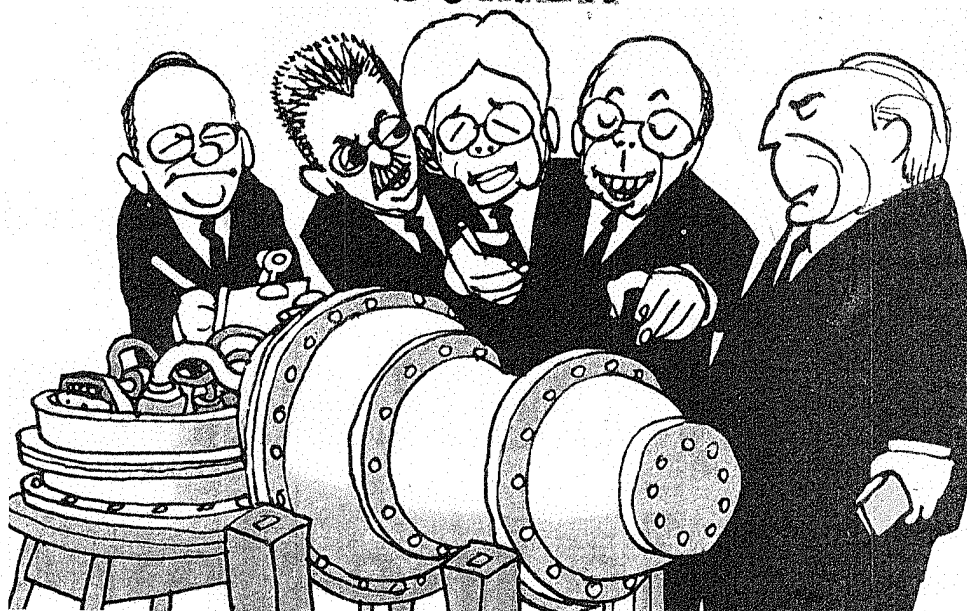
Os novos áudios da JBS foram remetidos pela PGR ao STF para que os ministros da corte decidam sobre a manutenção do sigilo. O acordo da JBS não está sob sigilo, mas o áudio tem trechos que envolvem “direito à personalidade e à intimidade” de agentes da PGR e do STF.

Questionado sobre quem é o agente do STF citado nas conversas, Janot respondeu apenas que ele “tem foro”.

Janot enviou o procedimento de revisão da delação ao ministro do STF Edson Fachin, relator do caso, que também avaliará o sigilo.

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO BOMBA



FOLHA DE S. PAULO

BERNARDO MELLO FRANCO

Delação em xeque

BRASÍLIA - A reviravolta na delação da JBS embaralha as cartas num momento decisivo para a Lava Jato. A operação já estava sob ataque em várias frentes simultâneas. Agora pode ser obrigada a recuar em seu maior acordo de colaboração.

O procurador Rodrigo Janot não abriu o jogo, mas informou que o Ministério Público descobriu fatos "gravíssimos". Eles estão relatados em conversa entre o empresário Joesley Batista e o lobista Ricardo Saud, que conduzia os acertos do frigorífico com os políticos.

De acordo com Janot, o novo áudio traz revelações importantes. Primeira: a JBS omitiu crimes ao negociar o acordo de delação. Segunda: surgiram indícios contra o ex-procurador Marcelo Miller, que integrava a cúpula da Lava Jato.

Para completar, a conversa contraria "referências indevidas" à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal. Mesmo sem detalhes, a menção à corte eletrizou o ambiente em Brasília.

Janot afirmou que o novo áudio pode ter uma consequência imediata: a anulação do acordo com a JBS. Ele fez questão de dizer que isso envolve os benefícios negociados com os empresários, e não o uso das provas que eles forneceram.

De qualquer forma, o governo e seus porta-vozes festejaram. Afinal, a delação da JBS embasou a primeira denúncia criminal contra Michel Temer. E ainda deve voltar a ser citada na segunda denúncia, a ser apresentada nos próximos dias.

O presidente e seus defensores sonham em usar a novidade como pretexto para a anulação das investigações. Isso significaria condenar a Lava Jato à gaveta dos tribunais, como aconteceu com outras grandes operações contra a corrupção, como a Castelo de Areia e a Satiagraha.

Por outro lado, houve um evidente exagero nos benefícios concedidos aos irmãos Batista. Neste ponto, a descoberta do novo áudio pode dar ao Ministério Público uma chance para corrigir seu próprio erro.

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SWARTSMAN

Existe uma cultura do estupro?

SÃO PAULO - É indiscutível que impera no Brasil uma cultura ainda bastante machista, mas daí a falar numa cultura do estupro, como vem fazendo muita gente que respeito intelectualmente, me parece um passo indevido. Ao contrário, acho que o estupro é um dos crimes que as pessoas mais repudiam e se comprazem em punir.

O melhor exemplo disso foi dado pelo grande Drauzio Varella em sua coluna de sábado (2): nas cadeias, estupradores precisam ser mantidos isolados da população carcerária geral, caso contrário são trucidados com requintes de crueldade. Ora, se até nos presídios, onde vige uma moral permissiva em relação a um amplo rol de delitos, o estupro é visto como algo imperdoável, a situação não pode ser muito diferente nos segmentos sociais que abraçam éticas mais kantianas.

A ampla repercussão que casos como o da ejaculação no ônibus ganham na mídia e nas redes sociais e a viva indignação que geram são mais um indício de que a condenação moral do estupro e de outros delitos de cunho sexual é robusta e só aumenta.

Já as pesquisas de opinião que revelariam a tal da cultura do estupro costumam abusar de frases ambíguas como “a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada”, que podem ser interpretadas tanto em termos probabilísticos — mulher que usa trajes sumários tem mais chance de sofrer violência sexual — como em termos morais — vestindo-se desse jeito, bem feito se ela foi estuprada. É preciso cautela na hora de avaliar os resultados dessas sondagens.

A história de como diferentes sociedades trataram mulheres e minorias ao longo dos séculos não é algo que enalteça o gênero humano. Mesmo assim, é preciso reconhecer que, da segunda metade do século 20 para cá, ao menos no Ocidente houve genuíno progresso moral. Abusos contra esses grupos são cada vez menos tolerados.

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

ANÁLISE CRIMES SEXUAIS

05 SET 2017

Além de prender, é preciso tratar estuprador

Castração química inibe ereção, mas mantém interesse sexual,
o que pode levar homem a adotar outro tipo de violência

CLÁUDIA COLLUCCI
DE SÃO PAULO

É possível recuperar homens que cometeram crimes sexuais? Qual a eficácia dos medicamentos e outros tratamentos psiquiátricos? Castração química funciona?

Além do debate sobre a definição legal de estupro que veio à tona com o caso do ajudante geral Diego de Novais, 27, preso duas vezes na semana passada por atacar mulheres dentro de ônibus em São Paulo, é imperativo discutir também os tratamentos disponíveis nesses casos, já que a literatura mostra que só prender não funciona.

Uma opção controversa que ganhou as redes sociais nos últimos dias é a castração química, que consiste no uso de hormônios para privar, temporariamente, o paciente de impulsos sexuais.

Essas drogas inibem a produção de testosterona ou estimulam a produção de altos níveis hormonais—o que “engana” o corpo e leva à interrupção da produção natural.

A proposta de tratamento químico para criminosos consta em projeto de lei do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que tramita na Câmara dos Deputados desde 2013.

Mas se engana quem pensa que a terapia vá curar o estuprador. Embora haja redução do impulso, o interesse sexual continua. Pode ser que

a pessoa não tenha ereção para penetração, mas pratique a violência de outras formas.

Mesmo no vácuo de evidência sobre a eficácia, diversos países adotam a castração química. Nos EUA, 12 Estados lançam mão desse recurso. Estudos da Universidade de Brasília mostram que, em casos de transtornos como a pedofilia, 90% dos agressores respondem bem a terapias aliadas a antidepressivos. Apenas 10% vão precisar de hormônios para o controle do impulso sexual.

A questão é que o tratamento precisa ser individualizado, a partir de um diagnóstico preciso sobre qual tipo de transtorno psiquiátrico a pessoa realmente tem.

No momento em que o país parece acordar para o alto número de estupros (no mínimo, 50 mil por ano, dos quais 10 mil são coletivos) e para o machismo reinante na Justiça e na sociedade em geral, é importante que se atente também para o tratamento adequado dos criminosos.

Embora não haja dados nacionais sobre a taxa de reincidência entre estupradores, são frequentes as notícias de homens que passam anos presos e, uma vez soltos, voltam a praticar o mesmo crime.

Existem modelos inspiradores no exterior. Em Nottinghamshire (Inglaterra), há uma prisão que se propõe a tratar e reabilitar acusados de crimes sexuais. Entre eles, há

pastores, professores, pilotos de avião, policiais, agentes penitenciários, médicos—70% cometeram crimes contra menores de idade.

Nas sessões de terapia individuais ou em grupos, a meta é fazer com que eles entendam o dano que causaram a outras pessoas e a si próprios, e que aprendam formas de identificar sinais de alerta que o impeçam de cometer novos delitos no futuro.

Ali, a taxa de reincidência é de 6%, bem baixa se comparada aos 50% da população geral de detentos do país.

Não há garantias de que, soltos, esses homens não voltem a delinquir. Mas é provável que, se nada for feito, essa hipótese é quase certa.

05 SET 2017

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Ministério Público

Em menos de uma semana, duas condutas equivocadas ganharam destaque: a mal redigida sentença do juiz que não viu constrangimento no ato libidinoso e público de um homem contra uma mulher e a alteração dos salários feita pelo procurador-geral do Ministério Público de São Paulo ("Decreto muda salários na Promotoria de SP", "Cotidiano", 4/9). Até quando vamos tolerar tantas falhas e arbitrariedades, que só colaboram para ampliar o descrédito da Justiça aos olhos do povo?

ALFREDO STERNHEIM (São Paulo, SP)

Ministro Fux vê ação para enfraquecer Judiciário

DE BRASÍLIA - O ministro Luiz Fux, do STF (, disse nesta segunda-feira (4) que a sociedade brasileira precisa ficar atenta a "movimentos recentes que procuram minimizar, enfraquecer a figura do juiz e a instituição do Poder Judiciário".

"Há várias estratégias para se chegar a este ponto. A primeira reação é ato de gran-

deza, e a segunda é termos a consciência de que a situação que está aí leva o Brasil ao naufrágio e só o Poder Judiciário pode levar nossa nação a um porto seguro", disse Fux em evento em Brasília. O ministro afirmou que percebeu movimentos que tentam enfraquecer o juiz Sergio Moro e o relator da Lava Jato, Edson Fachin.

Diferentemente do que diz a reportagem "Decreto muda salários na Promotoria de SP", o procurador-geral não editou decreto, competência exclusiva do chefe do Executivo. A lei 1302/17 não mudou o regime salarial de promotores. Previu reequadramento, por tempo de serviço, das carreiras de servidores, e realinhamento, baseada nas revisões salariais ocorridas desde 2010, quando entrou em vigor a lei ora revogada. O MP-SP deu cumprimento à lei, mantendo a proporcionalidade de vencimentos dos cargos.

PAULO S. DE OLIVEIRA E COSTA, subprocurador-geral de Justiça de Planejamento (São Paulo, SP)

NOTA DA REDAÇÃO - Leia abaixo a seção "Erramos".

ERRAMOS

PODER (4.SET, PÁG. A11) Diferentemente do que foi informado na reportagem "Decreto muda salários na Promotoria de SP", a mudança salarial no Ministério Público de São Paulo foi feita por ato normativo do procurador-geral, Gianpaolo Smanio, não por decreto.

05 SET 2017

BEM PARANÁ

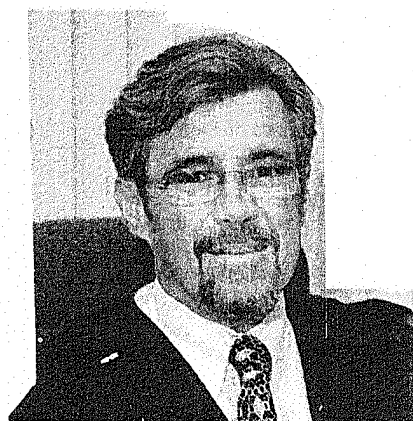
Morre na Capital o desembargador federal Álvaro Eduardo Junqueira

Faleceu ontem, em Curitiba, aos 60 anos, o desembargador federal aposentado Álvaro Eduardo Junqueira, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Junqueira nasceu na capital paranaense. Formou-se em Direito pela Universidade Católica do Paraná, em 1983. O magistrado fez cursos de especialização na Universidade da Florida (EUA), em 1996, e na Faculdade Curitiba, de 2002 a 2004.

Na sua carreira profissional, foi técnico de controle externo no Tribunal de Contas do Paraná de 1980 a 1987. Entre 1987 e 1991, exerceu o cargo de promotor de Justiça nas comarcas de Marilândia do Sul, Cândido de Abreu e Bocaiúva do Sul, todas no Paraná. Foi juiz federal de 1992 a 2004, atuando em varas de Foz do Iguaçu, Porto Alegre (RS) e Curitiba. Também exerceu a presidência da Turma Recursal do Juizado Especial Federal do Paraná, entre 2002 e 2004.

Em julho de 2004, Álvaro Junqueira passou a fazer parte da composição do TRF4 como desembargador federal. Sua aposentadoria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 11 de julho de 2013, quando integrava a 7ª Turma, especializada em Direito Penal.

LUTO



Magistrado nasceu em Curitiba

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça em luto

Faleceu nesta segunda (4), em Curitiba, aos 60 anos, o desembargador federal aposentado Álvaro Eduardo Junqueira, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Junqueira nasceu na capital paranaense. Formou-se em Direito pela Universidade Católica do Paraná, em 1983. O magistrado fez cursos de especialização na Universidade da Florida (EUA), em 1996, e na Faculdade Curitiba (PR), de 2002 a 2004.

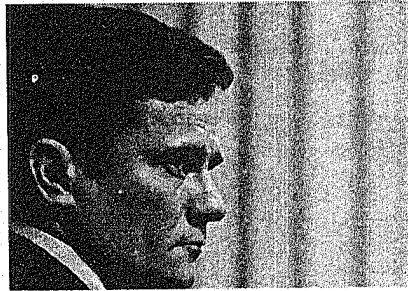
BEMPARANÁ 05 SET 2017

Moro mantém depoimento de Lula em Curitiba no dia 13

Juiz negou pedido da defesa de ex-presidente para suspender os interrogatórios

O juiz federal Sérgio Moro negou ontem ao ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva a suspensão dos interrogatórios do processo sobre suposta propina da Odebrecht ao petista. Prestam depoimento no período da tarde desta segunda o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o executivo Paulo Ricardo Baqueiro de Melo, da companhia, e o empresário Demerval de Souza Gusmão Filho. "Indefiro o requerimento de suspensão das audiências por falta de amparo legal", decidiu Moro.

A defesa de Lula havia solicitado "uma série de provas" e a suspensão dos interrogatórios, de ontem e das quartas-feiras, 6 e 13. Nesta última, o petista ficará frente a frente com Moro. Em sua decisão, o magistrado afirmou que "a defesa pode requerer provas no curso do processo,



Marcos Oliveira

Moro: falta de amparo legal

especificamente provas cuja necessidade surgiu no decorrer da instrução, aliás, fase processual própria do artigo 402 do Código de Processo Penal e que sucede aos interrogatórios'.

"Não há base legal, porém, para a pretensão da defesa de Luiz Inácio Lula da Silva de requerer tais provas antecipadamente e com isso suspender o processo para aguardar a produ-

ção dessas mesmas provas", anotou o juiz da Lava Jato.

Corrupção - Segundo o magistrado, "vários dos questionamentos da defesa quanto aos documentos juntados pelo Ministério Público Federal e pela defesa de Marcelo Bahia Odebrecht poderão ser formulados aos acusados em seus interrogatórios, sendo a manutenção das oitivas também úteis por esse motivo". "Isso sem prejuízo de serem os acusados ouvidos novamente para questões complementares no futuro acerca dos documentos recentemente juntados, se isso se mostrar realmente necessário", observou.

Nesta ação, Lula é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro sobre contratos entre a Odebrecht e a Petrobras. O MPF aponta que propinas pagas pela empreiteira chegaram a R\$ 75 milhões.

TRIBUNA DO PARANÁ

Novo encontro

O juiz federal Sérgio Moro negou ontem o pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para suspender o processo relacionado à compra do terreno para o Instituto Lula. A defesa pedia a suspensão até que fossem realizadas perícias em documentos apresentados pelo executivo Marcelo Odebrecht e pelo Ministério Público Federal (MPF) no processo. Apesar de negar a solicitação por "absoluta falta de base legal", o juiz determinou que a defesa de Marcelo Odebrecht e o MPF esclareçam a origem dos documentos apresentados. "Considerando a extensão da peça inicial e quantidade de documentos impugnados, concedo à defesa de Marcelo Bahia Odebrecht e ao MPF o prazo de cinco dias para manifestação", determinou Moro. Entre os documentos juntados ao processo nos últimos dias estão provas obtidas pelo MPF de que dinheiro da Odebrecht teria sido usado para pagar pelo terreno em São Paulo, onde seria instalado uma nova sede para o Instituto Lula. A decisão de Moro mantém a data prevista para o interrogatório do ex-presidente em Curitiba: 13 de setembro. A defesa de Lula tentava adiar o novo encontro com Moro. (Kelli Kadanus)

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro mantém depoimento de Lula para dia 13

O juiz federal Sérgio Moro – responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância – negou o pedido da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para suspender os interrogatórios do processo que envolve a compra de um terreno para a construção da nova sede

do Instituto Lula e um imóvel vizinho ao apartamento do ex-presidente, em São Bernardo do Campo.

O petista é réu nesta ação penal, respondendo pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. O depoimento do ex-presidente está marcado para o dia 13 de setembro, em Curitiba. ●

05 SET 2017

BEMPARANÁ

**Juiz custa em
média, R\$ 47,7
mil por mês**

O custo médio mensal de um magistrado foi de R\$ 47,7 mil ao longo do ano passado, aponta o levantamento "Justiça em Números", divulgado ontem, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O número engloba não apenas a remuneração dos magistrados, mas também encargos sociais e despesas com passagens aéreas e diárias, entre outras.

No levantamento anterior, a média mensal de um magistrado brasileiro - categoria que inclui juizes, desembargadores e ministros - tinha sido de aproximadamente R\$ 46,2 mil. Os dados divulgados ontem são de 2016 e dizem respeito a 90 tribunais: quatro tribunais superiores, cinco tribunais regionais federais, 24 tribunais regionais do trabalho, 27 tribunais regionais eleitorais, 27 tribunais de Justiça e 3 tribunais de Justiça Militar estaduais. No caso do Paraná, o custo médio por juiz ou desembargador do Tribunal de Justiça é de R\$ 44,5 mil mensais.

Os delatores em xeque

No mesmo dia em que o governador Beto Richa fala à imprensa, revoltado com as acusações feitas pelo dono da construtora valor, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, vem a público para questionar as delações do

empresário Joesley Batista. Em ambos os casos, a questão é básica: onde estão as provas?

Pelo Direito Romano: "todos são inocentes até prova em contrário". Este princípio é fundamental para que todo cidadão

seja protegido dos excessos do estado. No caso, por mais que se acredite que o político A ou B seja culpado, é fundamental que se apresente as provas de irregularidades.

No Paraná, o delator de Richa e de outros caciques tucanos,

admitiu que não tem provas e argumentou que destruiu as provas com medo das investigações do Gaeco. Sem apresentar documentos da sua delação, o que resta: um empresário que recebeu do governo para construir escolas e não o fez. ■

Richa diz que vai processar delator que o acusou

Governador classificou acusações de "mentiras levianas"

O governador Beto Richa afirmou nesta segunda-feira que as acusações atribuídas a ele na Operação Quadro Negro são falsas, levianas e irresponsáveis. "Vou dizer com todas as letras: é mentira", disse, reforçando que a delação do empresário Eduardo Lopes de Souza não traz uma única prova. "Todas as acusações deste criminoso não merecem crédito. Ou querem transformar um criminoso contumaz em herói?"

Segundo Richa, os ataques que está sofrendo são fruto de ilações, e ressaltou que a delação sequer foi aceita pela Justiça. "Se não tivesse mencionado o governador, estaria preso até hoje. Inventou esta historinha para conseguir a liberdade, e conseguiu", relatou Richa. "Como não existiu nada do que ele inventou, vai voltar para a cadeia". ■



Richa disse que delator inventou historinha para sair da cadeia



05 SET 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Casa de Custódia de Curitiba é referência



Inaugurada em 2002, a Casa de Custódia de Curitiba completou 15 anos de atividade este ano. A unidade abriga presos condenados e provisórios que praticaram crimes contra a mulher. Hoje são 625 presos. Inspirada no padrão americano de segurança e automação, a unidade penal é considerada uma das mais modernas penitenciárias do Paraná. Na última semana, um encontro reuniu gestores que participaram dessa história. O diretor adjunto do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen-PR), Cezinando Vieira Paredes, enalteceu os gestores e servidores que contribuíram com o trabalho para que a se mantivesse como referência em segurança e tratamento penal até os dias atuais.

Atualmente, cerca de 54% dos presos estão em canteiros de trabalho. A unidade penal mantém atividades de estudo, como Educação Básica, cursos profissionalizantes, remição de pena pela leitura, olimpíadas de matemática, entre outras. ■

23% das mulheres foram ameaçadas por homens este ano

Pesquisa divulgada ontem (4) do Instituto Locomotiva aponta que 94% das pessoas avaliam que uma mulher ser "encoxada" ou ter o corpo tocado sem a sua autorização é uma forma de violência sexual. A pesquisa ouviu, entre os dias 15 e 20 de agosto, 2.030 mulheres e homens em 35 cidades brasileiras.

De acordo com a pesquisa, somente este ano 13,7 milhões de mulheres afirmaram que já foram "encoxadas" ou tiveram o corpo tocado sem autorização, o que representa 17% do total de mulheres adultas do país. Este número é ainda maior (20% do total) entre as mais jovens, na faixa etária de 18 a 34 anos.

Conforme a pesquisa, 35% dos brasileiros adultos, ou o correspondente a 84 milhões de pessoas, conhecem uma mulher que foi beijada à força no último ano, o que também constitui violência sexual. A pesquisa mostra que 23% das mulheres (17,8 milhões de mulheres) foram ameaçadas por algum homem este ano. ■

05 SET 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Quase 110 milhões de processos passaram pelo Judiciário em 2016

*Tribunais teriam de trabalhar por dois anos e oito meses
sem receber nenhuma nova*

ação para zerar o estoque acumulado até o ano passado

Se o Judiciário parasse de receber ações novas e se dedicasse a julgar apenas os processos em trâmite no dia 31 de dezembro de 2016, teria de dedicar dois anos e oito meses à tarefa. É o que diz a edição de 2017 do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça, que se reúne e analisa dados de 2016.

De acordo com a pesquisa, 109,1 milhões de processos tramitaram pela Justiça durante 2016. Esse número é o resultado da soma dos processos em acervo registrado no ano com o total de “processos baixados” computados pelo CNJ. Portanto, do total de ações que passaram pelas mãos de juízes e tribunais em 2016, 79,7 milhões continuaram em poder de magistrados.

A quantidade de processos em trâmite subiu 7% em relação a 2015. Já o acervo subiu 3,6%.

Os números são também resultado de mudanças na metodologia de cálculo do Justiça em Números. Até a edição de 2015, que se reportava a 2014, a produtividade do Judiciário era indicada pelo número de processos em trâmite, processos novos recebidos e processos julgados.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fachin mantém segredo de conversas sobre negociação de Joesley com a PGR

05 SET 2017

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin decidiu manter em segredo de Justiça os áudios que revelam conversas do empresário Joesley Batista e seus advogados durante o processo de negociação do acordo de delação premiada fechado com a Procuradoria-Geral da República (PGR).

Os áudios foram recuperados pela Polícia Federal (PF) após a defesa do empresário retirar as gravações do pen drive que foi entregue aos peritos para comprovar a veracidade dos áudios que foram utilizados para basear as primeiras denúncias envolvendo as delações da JBS.

Impor papanicolau em concurso viola direito à intimidade, decide TRF-3

As candidatas aprovadas no concurso de 2015 do Instituto Nacional do Seguro Social não estão mais obrigadas a realizar os exames de colposcopia e papanicolau. De acordo com a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, impor o exame como condição para nomeação viola direitos fundamentais à intimidade e à vida privada.

Com 950 vagas, o concurso teve 1 milhão inscritos. A exigência desses exa-

mes não constou do edital de abertura do concurso, mas na carta de acolhimento aos novos servidores, encaminhada pelo INSS aos aprovados.

O INSS alegou que os exames tinham como objetivo revelar a aptidão da ingressante para o cargo, ao detectar lesões causadas pelo HPV, que indica a possibilidade do aparecimento de câncer do colo do útero, assim como infecções vaginais e doenças sexualmente transmissíveis.

Alvo de busca e apreensão por engano será indenizado por dano moral

As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes causam a terceiros. Assim, se os servidores erram no exercício de suas funções e causam danos a terceiros, cabe ao Estado indenizá-los.

Assim, com base no parágrafo 6º do artigo 37 da Constituição Federal, a 2ª Turma Recursal da Fazenda Pública, dos Juizados Especiais Cíveis do Rio

Grande do Sul, confirmou sentença que condenou o Estado a pagar danos morais a duas mulheres que tiveram a residência arrombada pela Polícia Civil, numa ação desastrada de busca e apreensão, pois feita em endereço errado. Pela gravidade do fato, pois a violação do domicílio é bem maior que tem proteção constitucional, ambas vão dividir a reparação de R\$ 15 mil.

05 SET 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

Richa nega acusações

O governador Beto Richa (PSDB) negou ontem, as acusações feitas pelo dono da construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, de que os recursos desviados de obras de escolas no Paraná teriam sido usados para abastecer suas campanhas políticas. Em uma entrevista coletiva, o governador chamou Souza de "criminoso contumaz" e afirmou que vai mover um processo judicial contra o delator. Richa negou todas as acusações feitas por Souza contra ele e também contra integrantes de seu governo. Para o governador, a delação é uma "narrativa fantasiosa", já que o delator até agora não apresentou provas que sustentem as acusações. "Não trabalhamos com caixa 2", defendeu-se o governador. Ao lado da esposa, Fernanda Richa, o governador afirmou que vai responder judicialmente às acusações. Richa voltou a admitir que era amigo pessoal de Maurício Fanini, mas disse que não teve mais contato com o ex-servidor, apontado pelo delator como sendo o operador do esquema. Souza disse que chegou a haver uma reunião na casa do governador, entre Richa e o então diretor da Superintendência de Desenvolvimento Educacional (Sude) Maurício Fanini, para discutir repasses a serem feitos via caixa dois. O encontro teria ocorrido a 45 dias da eleição de 2014. De acordo com Souza, Fanini esperava levantar R\$ 32 milhões, por meio do esquema, e que com esse dinheiro já seria possível "fazer a campanha" de Richa. A delação não foi homologada pela Justiça. (João Frey)